

A Construção do Programa Liceal: Arquitectura, Política e Ensino

Gonçalo Canto Moniz

O processo de construção dos edifícios destinados ao ensino secundário é um processo paralelo ao da construção do sistema político português e da construção da própria pedagogia¹. É, assim, no diálogo entre Arquitectura, Política e Ensino que podemos ler hoje as escolas secundárias que o século 21 recebeu de herança. Estes espaços construídos para o ensino desde o século 19, mas fundamentalmente no século 20, são hoje o nosso Parque Escolar ou, como gostamos de dizer, o nosso Património Escolar. É sobre estes espaços, construídos em contextos diversos, que o Governo lançou, em 2007, um Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário coordenado pela empresa pública “Parque Escolar EPE”. Com o objectivo de “recuperar e modernizar os edifícios escolares”², este programa vai intervir sobre os outros programas, complexificando o debate, já por si só complexo, da intervenção no espaço construído moderno.

¹ Este texto tem por base o livro do autor *Arquitectura e Instrução: O projecto moderno do liceu, 1836-1936*, Coimbra, eIdarq, 2007 e contou com as contribuições dos engenheiros Basílio Jorge e Casimiro Rocha.

² Parque Escolar, “Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário ‘Renovar as Escolas para o Futuro’”, disponível em http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/0E33ADB-450F-4452-81B3-DF457C25B191/0/Modernizacao_Parque_Escolar_Secundario.pdf

³ “Decreto-lei de 17 de Novembro de 1836”, Legislação sobre a instrução pública primária, secundária e superior, desde a reforma de 1836 até 10 de Janeiro de 185, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1851, 13

⁴ Idem, p.2

I. EXPERIÊNCIAS: 1836-1926

O primeiro texto programático para a construção de escolas secundárias tem origem na reforma global do ensino promovida pelo movimento liberal liderado por Passos Manuel em 1836. Este texto legislativo propunha renovar a sociedade portuguesa através da escola e com este princípio ancorou todo o debate republicano sobre a instrução pública até ao Estado Novo. Pretendia-se substituir o ensino humanista, praticado nos colégios religiosos, pelo ensino científico, a implementar nos novos liceus laicos, para que “as grandes massas de cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos científicos e técnicos, indispensáveis aos usos da vida no estado actual das sociedades”³. Esta reforma pedagógica previa também que “os Lyceus serão estabelecidos em edifícios públicos, bem situados e saudáveis, e, quanto poder ser, apropriados à boa ordem e economia das aulas”⁴. Apesar de terem sido criados os liceus em todas as capitais de distrito nos anos posteriores, a sua instalação ficou limitada aos colégios e conventos abandonados pela extinção das ordens religiosas em 1834.

O Liceu Nacional de Aveiro, criado em 1851, é o primeiro a receber um edifício de raiz, partilhado com a biblioteca pública. A sua construção é ordenada por Fontes Pereira de Melo (1854-1860) enquadrando-se no seu esforço de “equipar” o território português. No entanto, só 20 anos mais tarde, é lançado o primeiro debate

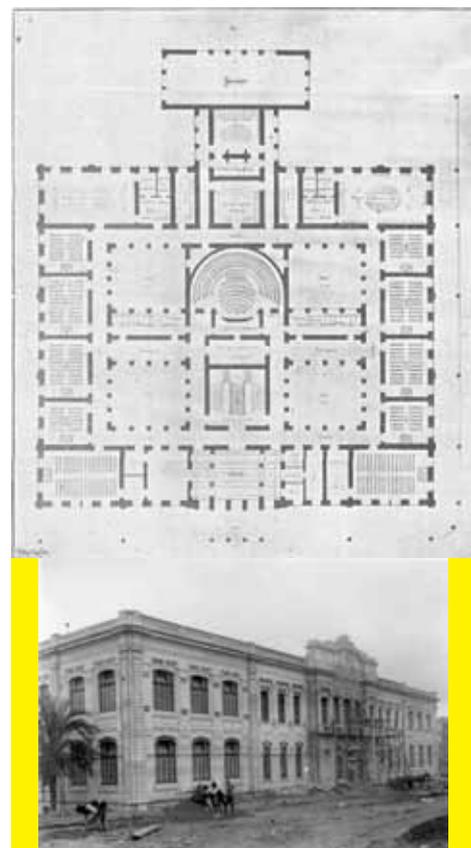


Figura 1. Liceu Passos Manuel (1882-1911), Lisboa, Rosendo Carvalheira. (in *Ilustração Portuguesa*, 254, 1911, 19 e *Construção Moderna*, 25, 1901)

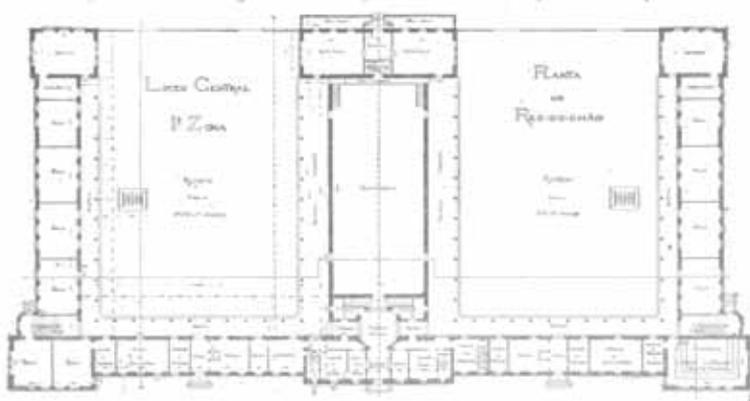


Figura 2. Liceu Camões (1907-1909), Lisboa, Miguel Ventura Terra. (Fotografia de Alberto Carlos Lima, Arquivo FML, A14378 e Construção Moderna, 330, 1910)



concreto sobre o programa para um liceu, com o longo projecto de construção do Liceu Central de Lisboa, inaugurado em 1911 como Liceu Passos Manuel. O arquitecto José Luiz Monteiro apresenta uma primeira solução em 1882 que irá sofrer adaptações por Raphael da Silva Castro (1888) com vista à sua “regularização” e por Rosendo Carvalheira, em 1896, para que satisfizesse “as necessidades de um liceu moderno”¹. O projecto final só seria reelaborado por Rosendo Carvalheira em 1907 após o relatório da Comissão 1902², constituída entre outros pelo médico

Ricardo Jorge, pelo professor do liceu Roberto Correia Pinto e pelos arquitectos Adães Bermudes e Rosendo Carvalheira, que estabeleceu o primeiro programa para a construção de liceus.

Este programa serviu de base para implementar a reforma de 1905, protagonizada pelo ministro e pedagogo José Luciano de Castro, sob a qual se lançaram os projectos dos três liceus do arquitecto Miguel Ventura Terra: Camões (1907-1909), Pedro Nunes (1908-1911) e Maria Amália (1913-1933). A sua transformação em programa-tipo veio a promover um conjunto de experiências tipológicas³, das quais o Pedro Nunes foi a mais radical e o Camões a mais modelar. Esta experimentação foi, já em pleno período republicano, consolidada no Porto pelo arquitecto José Marques da Silva nas propostas apresentadas para o Liceu Alexandre Herculano (1914-1931) e para o concurso do Liceu Rodrigues de Freitas (1918-1932).

¹ Rosendo Carvalheira, “Memória descriptiva e justificativa da obra e projecto do edificio para o Lyceu Central de Lisboa”, Boletim da Associação dos Conductores de Obras Publicas, Primeiro trimestre, 1897.

² João Guerreiro, “Revisão do projecto do edificio para o lyceu de Lisboa na cerca do convento de Jesus” (1 de Outubro 1902) in Boletim da Direcção Geral da Instrução Pública, Janeiro-Abril 1903, 135-159. A comissão foi

nomeada pelo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria a 19 de Maio de 1902 sendo constituída por Abel Andrade, Ricardo Jorge, António de Almeida Dias, Sebastião Cabral da Costa Sacadura, Adães Bermudes e Rosendo Carvalheira.

³ Liceu Nacional de Setúbal (Rosendo Carvalheira, 1906-1908), Liceu Nacional da Guarda (Adães Bermudes, projecto), Liceu Nacional de Faro (Adães Bermudes, 1908)



Figura 3. Liceu Alexandre Herculano (1914-1931), Porto, José Marques da Silva. (in António Cardoso, O Arquitecto José Marques da Silva (...), Porto, FAUP, 1997, 521 e 522)

II. PLANOS: 1926-1974

O golpe militar de 1926 encerraria este processo e abriria um novo ciclo marcado pela criação de organismos vocacionados para a construção dos liceus. A primeira iniciativa parte do Ministro da Instrução Pública, engenheiro Duarte Pacheco, com a criação em 11 de Setembro de 1928 da Junta Administrativa para o Empréstimo do Ensino Secundário para gerir 40 mil contos destinados à construção, reparação e equipamento dos liceus. Depois de realizar um inquérito às condições materiais em que funcionam os liceus, a Junta lança em 1930 um conjunto de quatro concursos públicos para a construção de quatro novos liceus em Beja, Coimbra (2) e Lamego. A organização do concurso obrigou à elaboração de um documento programático - Condições Gerais - sobre o qual foram elaborados os quatro concursos. As respostas dos arquitectos aos quatro concursos incorporaram as experiências realizadas nos anteriores liceus, em especial no Liceu Camões e no Liceu Alexandre Herculano, e exploraram a cultura moderna internacional, constituindo em Portugal os seus exemplos mais significativos. Invertendo o espírito liberal e científico, as reformas da ditadura vão condicionar o acesso ao ensino secundário, censurar o currículo científico e utilizar o ensino como instrumento de propaganda do regime. É neste sentido que em 1936 se abandona a Instrução Pública e cria a Educação Nacional. A Junta dos quarenta mil, como ficou conhecida, é também reformulada e integrada no MOP liderado agora por Duarte Pacheco. A nova Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS) vai promover a partir de 1938 um novo plano dos liceus alterando, no entanto, o processo de concepção e construção dos novos onze liceus¹.



Os projectos passam a ser desenvolvidos pelo corpo técnico da Junta abandonando a entrega directa e o sistema de concursos, o que garantia, por um lado, uma grande competência técnica na gestão do programa e da construção e, por outro lado, um controlada unidade formal. Este conjunto de edifícios construído entre 1938 e 1952 teve ainda por base um programa exaustivo feito à medida da política educativa “nacionalista” promovida pelo ministro Carneiro Pacheco, conseguindo no seu conjunto propor, mais do que qualquer outro programa, uma Arquitectura do Estado Novo.

¹ Sobre o Plano de 1938 consultar Fernando Moreira Marques, “Os Liceus do Estado Novo. Arquitectura, Currículo e Poder”, Lisboa, EDUCA, 2003.

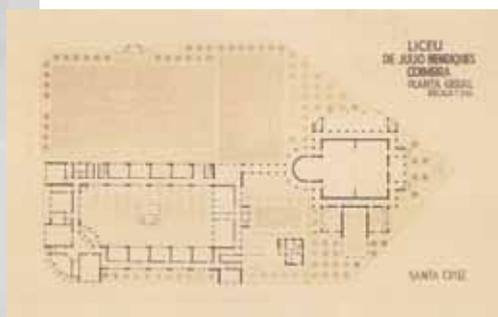


Figura 4. Liceu Júlio Henriques, actual Escola Secundária José Falcão (1930-36), Coimbra. Proposta de Concurso “Santa Cruz”, Carlos Ramos, Jorge Segurado, Adelino Nunes. (Arquivo Centro de Documentação e Informação do ME e Arquivo Carlos Ramos)

Figura 5. Liceu Infanta D. Maria (1942-1948), Coimbra, Francisco Assis. (Arquivo Centro de Documentação e Informação do ME)

LICEU DA INFANTA D. MARIA ~ COIMBRA ~



O final da guerra veio a provocar algumas alterações no sistema educativo e de um modo geral na política do estado. O necessário desenvolvimento industrial provocou uma reforma do sistema educativo com o objectivo de promover o ensino técnico. A reforma do ensino técnico de 1947 teve, assim, como consequência, o lançamento de um programa de construção de escolas técnicas, subdivididas em escolas industriais e comerciais, agrícolas e de artes decorativas. A especificidade programática destes três tipos de escolas gerou tipologias bastante diversas entre elas, sendo as industriais e comerciais construídas segundo um projecto tipo e as agrícolas e de artes decorativas sujeitas a projectos específicos¹. O aumento da população escolar no final dos anos 50 e a adesão à OCDE motivaram o estado a abrir um novo programa para a construção de liceus e escolas técnicas entre 1958 e 1969. O programa recorreu aos serviços técnicos da Junta onde se promoveram soluções tipo, quer programáticas quer construtivas, para dar maior capacidade de resposta às necessidades e exigências da massificação. No entanto, fruto de protocolos com as câmaras municipais, alguns projectos especiais foram desenvolvidos por arquitectos exteriores à Junta, como foi o caso exemplar do Liceu Padre António Vieira (1958-65) em Lisboa de Ruy Jervis d'Authouguia.



O trabalho sobre normalização dos sistemas construtivos dos liceus e a definição de esquemas tipológicos em colaboração com os modelos pedagógicos promovidos pela OCDE vieram a culminar num conjunto de escolas preparatórias e liceais implementadas em larga escala com a criação das escolas preparatórias em 1968. Estes projectos foram desenvolvidos dentro da Junta, que a partir de 1969 passou a denominar-se Direcção Geral das Construções Escolares, pela nova geração de arquitectos profundamente empenhada numa aproximação aos problemas sociais e neste caso, em especial, aos problemas pedagógicos. Este trabalho foi amplamente divulgado na revista *Arquitectura*² revelando, talvez pela

Figura 6. Liceu Padre António Vieira (1958-65), Lisboa, Ruy Authouguia

¹ A Escola de Artes Decorativas de Soares dos Reis, inaugurada no Porto em 1955, foi agora reinstalada na antiga Escola Comercial de Oliveira Martins (1968) com projecto do arquitecto Carlos Prata.

² Costa e Silva et al (JCETS) "As novas Escolas do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário", *Arquitectura*, 105-106, Setembro-Dezembro 1968, 183-192.

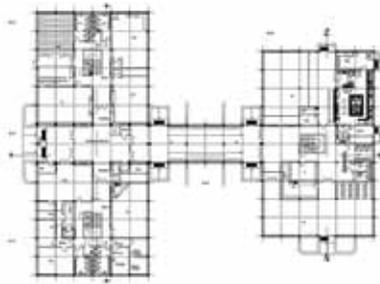


Figura 8. Bloco “3x3 simples” (1974-2007), Serviços Centrais do Ministério das Obras Públicas. (<http://estondela-m.ccems.pt/file.php/1/escolas.jpg> e Arquivo DREN)

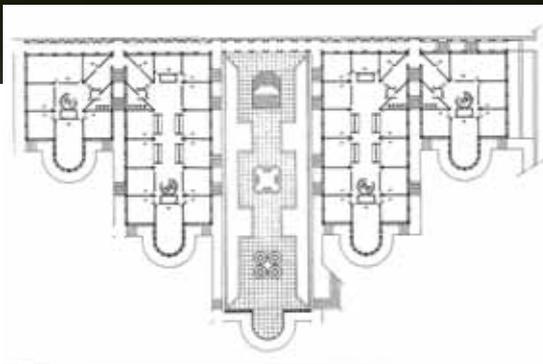


Figura 9. Escola Secundária José Gomes Ferreira (1976-1980), Lisboa, Raul Hestnes Ferreira. (Arquivo Raul Hestnes Ferreira)

¹ Parque Escolar, “Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário ‘Renovar as Escolas para o Futuro’”, disponível em http://www.portugal.gov.pt/NR/ronlyres/0E333ADB-450F-4452-81B3-DF457C25B191/0/Modernizacao_Parque_Escolar_Secondario.pdf

² Ministério da Educação, Decreto-Lei n.º 41/2007, 21 de Fevereiro de 2007, http://min-edu.pt/np3conte nt/?newsId=1232&fileName=decre to_lei_41_2007.pdf

IV. “RENOVAR-SE OU MORRER?": 2007-2015

O panorama actual das 477 escolas secundárias reflecte esta sucessão de processos que deu origem, por um lado, a um conjunto bastante heterogéneo, onde a qualidade dos edifícios foi, de um modo geral, se perdendo com o tempo em prol de uma aposta na quantidade. Por outro lado, os edifícios estão na sua maior parte bastante degradados fruto de múltiplas intervenções pontuais que foram socorrendo problemas construtivos e necessidades funcionais. Paralelamente, a população escolar está a diminuir e a nova pedagogia exige o reequipamento e reinfraestruturação das escolas.

O Programa para a Modernização do Escolas do Ensino Secundário abandona a perspectiva expansionista e aposta na recuperação e modernização dos edifícios escolares “num processo conjugado de reposição da eficácia física, ambiental e funcional”¹. O Ministério da Educação cria uma empresa pública “Parque Escolar EPE”² para planear, programar e fiscalizar o processo de modernização das escolas, introduzindo um modelo novo de gestão, que interessa analisar por comparação com as experiências relatadas e levantar questões, ainda sem resposta.

1. Planeamento. “O programa considera a intervenção em 330 escolas até ao ano de 2015 e um investimento total de 940 milhões de euros”. A selecção das 330 escolas constitui o primeiro problema do Programa porque necessita articular a organização da rede escolar, com o tempo de execução dos projectos e das obras, com o estado de conservação dos edifícios e com o seu valor patrimonial. Perante a obrigação cultural do estado em salvaguardar os edifícios modernos, esta é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada, sob pena de condicionar a sua sobrevivência.

2. Programa. O programa aborda os “problemas construtivos existentes; melhoria das condições de habitabilidade, de segurança e de acessibilidade; reorganização do espaço escolar (bibliotecas/centros de recurso; laboratórios para os cursos de ciências, informática, desenho e artes; oficinas para cursos profissionais; ...) e a criação de condições de abertura de sectores específicos da escola para utilização pela comunidade exterior”¹.

O programa funcional é cada vez mais complexo porque as metodologias de ensino e os seus instrumentos estão em permanente mudança. O binómio forma-função é hoje substituído pelo slogan da flexibilidade. Este contexto obriga, por um lado, do ponto de vista da pedagogia, a uma reflexão aprofundada sobre os métodos de ensino e, por outro lado, do ponto de vista da arquitectura, a uma ginástica criativa, mas cuidadosa, para introduzir flexibilidade em edifícios racionalistas.

3. Projectistas. A Parque Escolar é constituída por um corpo técnico reduzido que acompanha o processo de projecto e de construção, sendo os projectistas, arquitectos e engenheiros, convidados directamente pela Parque Escolar. Esta estratégia implicou abandonar a prática de 80 anos das “Construções Escolares”, as experiências dos concursos públicos realizados nos anos 30 e regressar à entrega directa dos projectos com base nos currículos dos arquitectos. Para um universo de 330 projectos, provavelmente nenhuma solução será ideal, mas talvez seja possível introduzir todos os sistemas, de acordo com a especificidade dos edifícios a intervir.

4. Construção. “As empresas serão seleccionadas através de Concurso Público Internacional, para Lotes de Obras, com valor global estimado de 25/30 milhões de euros, e incluirão Contrato de Conservação e Manutenção por um período de dez anos”². Este modelo de contratação garante a qualidade e capacidade técnica da empresa de construção, no entanto deixa em aberto o futuro das escolas quando terminar o contrato de manutenção. Abandonadas as “Construções Escolares”, terão os municípios, no futuro, capacidade para manter e actualizar as escolas em coordenação com o Ministério da Educação?

5. Património escolar. O último DoCoMoMo Ibérico, congresso que debate a documentação e conservação dos edifícios construídos entre 1920 e 1970, período onde se enquadram grande parte dos 330 edifícios a intervir pela Parque Escolar, lançava um repto provocador: “Renovar-se ou morrer?”³. A pertinência desta questão resulta da dificuldade em intervir nestes edifícios pelo paradoxo entre a delicadeza dos sistemas construtivos e o rigor da sua organização funcional⁴. Se, por um lado, Fernando Távora nos ensinou que “mortos os homens que as produziram, as obras continuam a viver porque o seu essencial não morre”⁵, por outro lado, se não garantirmos o essencial, talvez seja melhor deixar a obra morrer.

¹ Parque Escolar, “Programa de Modernização (...)”

² Parque Escolar, “Programa de Modernização (...)”

³ Susana Landrove (coord.), *Renovar-se ou Morrer? Experiências, apostas e paradoxos da intervenção da arquitectura do Movimento Moderno*, Actas do VI Congresso Fundação Docomomo Ibérico, Cádiz, 2008.

⁴ Gonçalo Canto Moniz, “O ensino da arquitectura segundo Távora: intervir no Moderno”, in Susana Landrove (coord.), *Renovar-se ou Morrer?*, 162.

⁵ Fernando Távora, “Para um Urbanismo e uma Arquitectura Portuguesa”, *Comércio do Porto*, 25 de Maio de 1953.